



José M. D. Poças

Médico

In Memoriam de um saudoso Prémio Nobel Português: Os ensinamentos da arte de bem viajar II

Publicamos nesta edição a segunda e última parte deste artigo da autoria do médico José Poças

IV)- A gaveta sem fundo da secretária do Sr. Ministro da Saúde

“... um homem não é infeliz porque tem ambições, mas porque elas o devoram...” (sic.) (Montesquieu, 1689-1755)

O Ministério da Saúde tem-se desdobrado em inúmeras iniciativas, encomendando às mais diversas entidades vários estudos em catadupa, sem que se percecione, afinal, como é que realmente estes o influenciam nas suas decisões, dado que parece não existir um verdadeiro fio condutor com o mínimo de coerência no seu substrato, ao ponto de se suspeitar que só têm servido afinal para entreter a opinião pública, já que têm sido invariavelmente como que colocados numa gaveta sem fundo de uma qualquer secretária de um dos seus gabinetes. Ainda por cima, ficando-se com a sensação nítida de que existe subjacente uma certa estratégia oculta definida de modo preconcebido, quiçá,

a da destruição, por falta de condições sérias de viabilização, do próprio SNS.

Foi assim com o inventário dos recursos médicos dos hospitais públicos, com a carta de especialidades hospitalares, com a rede de urgências hospitalares, com o estudo das acessibilidades aos cuidados diferenciados hospitalares, ou mais recentemente, com o polémico parecer da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV).

Frequentemente, como os pressupostos dessas ditas encomendas têm sido mal estabelecidos, fica condicionada, à partida, como é óbvio, a qualidade do seu resultado final. Assim aconteceu com o documento da Rede Hospitalar, em que ninguém compreende porque é que se definiu que seria apenas para seis especialidades (e não para todas, como seria logicamente obrigatório), ainda por cima, quando nenhum significativo denominador comum existe entre elas. Voltou a ser assim

de novo, aquando do parecer já referido, da autoria da CNECV.

Se, no primeiro caso, ao ter aceitado integrar o grupo de peritos a convite da ERS, só no fim me apercebi, estupefato, que o documento era apenas para um universo reduzido de especialidades, no segundo, tomei contacto com a sua realidade quando tive de preparar uma intervenção na véspera de uma reunião médica, na qual a direção da APECS, por votação quase unânime dos seus associados ali presentes, decidiu remeter para os responsáveis políticos do sector um documento com um conjunto importante de alertas que têm a ver com o facto dos médicos especialistas constatarem que existem crescentes dificuldades de diversa índole que obstam ao adequado e exigente acompanhamento clínico dos doentes infetados por HIV no nosso país.

No segundo caso, penso que o mais gravoso não é propriamente o que vem explícito no

documento, mas antes o que nele está omissa. Explicando melhor. Porque é que a Comissão aceitou pronunciar-se sobre o caso concreto de três conjuntos muito diversos de doenças? Se a escolha foi determinada pela dimensão previsível do respetivo impacto económico, porque se deixou de parte a hepatite C, que é, sem sombra de dúvida, aquela onde se perspetiva, a curto e médio prazos, haver um aumento vertiginoso dos gastos, tanto mais que se calcula que existam mais do que o quádruplo de infetados no nosso país relativamente ao que se verifica com o HIV (respetivamente, cerca de 35.000 e 150.000)?

Ainda por cima, quando se sabe que, ao contrário daquela primeira patologia, tanto a SIDA, quanto a maioria das doenças oncológicas e a artrite reumatoide, não são curáveis através das terapêuticas em utilização corrente, ou sequer, pelas que estão em adiantado estado de investigação!

Porque é que, ao invés, a referida Comissão não se pronunciou apenas e somente, como teria sido amplamente preferível e adequado, sobre a questão candente da inovação terapêutica em si mesma, deixando de lado a sua particularização por patologias para os gestores da saúde, para os médicos, e para as associações de doentes? Não seria esse o verdadeiro âmago da questão sob a perspetiva da ética e da deontologia, sabendo-se previamente que é este, precisamente, o seu âmbito de intervenção?

Não será deveras inquietante, como alguém supostamente responsável chegou recentemente a propor que, para resolver a alegada falta de

sustentabilidade no que concerne ao financiamento do sector da saúde, a verdadeira solução estaria na suspensão, pura e simples, da investigação científica? Porque não, ao invés, decidir-se que, o que deveria antes ser considerado verdadeira e definitivamente imoral, é os investidores e os acionistas das grandes companhias farmacêuticas multinacionais privadas obterem retornos financeiros idênticos aos que retiram nos restantes ramos de atividade? Não seria essa uma medida muito mais consentânea com os dignos preceitos da ética civilizacional?

Como explicar, então, a um doente que tem uma doença grave (ou também à sua família, se ela for de carácter hereto-familiar), mas para a qual existe contudo um tratamento adequado segundo as normas científicas consensualizadas internacionalmente, cujo medicamento tem inclusive autorização de comercialização no país, mas cujo preço é verdadeiramente inoportável pela maioria esmagadora dos cidadãos, que afinal não pode ter acesso a ele, mesmo que a sua vida esteja em perigo a prazo, ou o seu sofrimento, físico e/ou psicológico, seja atroz, quando a constituição lhe concede esse mesmo direito, independentemente das suas próprias capacidades económicas?

Este é o verdadeiro âmago do debate que se impõe urgentemente fazer, a que os doentes, os políticos, os gestores, a indústria farmacêutica, os profissionais de saúde, a OM, e a sociedade em geral não se poderão jamais furtar: Como tornar aquilo possível ao comum

dos cidadãos, e de uma forma generalizada!

Certamente que esse debate, sereno, empenhado e mandatário, não se poderá conceber se algum dos seus interlocutores não souber diferenciar o que distingue, por exemplo, o perfil de prescrição dos citostáticos dos antimicrobianos, ou não tiver uma atitude crítica fundamentada acerca dos diversos padrões que servem para avaliar a custo-efetividade, por exemplo, da doença oncológica, da infecção HIV/SIDA, da hepatite crónica C, das doenças degenerativas do SNC, das doenças auto-imunes, das doenças genéticas hereditárias, etc.

Esta questão de princípio, faz-me trazer aqui o texto de uma determinação de um CA de um certo hospital, ao qual tive recentemente acesso, segundo o qual o Serviço da especialidade em questão estava autorizado a prescrever toda e qualquer inovação terapêutica, desde que, obviamente, bem suportada pela evidência científica disponível, mas com a condição de não provocar um aumento da despesa. Soube que, mais tarde, o assunto foi finalmente discutido com a necessária seriedade e profundidade entre os intervenientes institucionais, no sentido de se encontrar uma solução mais consentânea para o candente problema em questão, tal como deveria ter sido feito logo de início, de preferência por via do respetivo departamento competente do Ministério da Tutela, e não ao sabor das idiosincrasias de cada hospital. Foi então, que me recordei de uma excelente anedota digna do mais fino humor negro, mas deveras ilustrativa deste

Cartoon de
Pedro Ribeiro Ferreira



verdadeiro absurdo, que ouvi contar com muita piada ao saudoso Raul Solnado na nossa adolescência, e que tinha como protagonista um estadista de má memória.

Salazar ia no seu carro de serviço, acompanhado do motorista e da inseparável governanta D. Maria quando, à saída de mais um enfadonho dia de trabalho solitário no seu gabinete, ao olhar inadvertidamente através do vidro da janela da viatura, teve a insólita visão de um cidadão sentado a comer relva num determinado parque da cidade. Deu imediatamente ordens ao motorista para parar junto do pobre homem, abriu o vidro da porta, e perguntou-lhe, meio atónito, porque é que estava a fazer aquilo, e se não sabia que tal inusitado comportamento poderia a vir a ser objeto de uma irrepreensível sanção policial.

Não teve que esperar muito, apenas o tempo do sujeito engolir o bocado de relva que ainda tinha na boca, para ouvir de viva voz o impressionante rol de infortúnios daquele paupérrimo cidadão e da sua numerosa família. Na realidade, o seu parco salário não dava sequer para comprar comida para todos, pelo que ele tinha decidido,

havia algum tempo, para assim contribuir para a sobrevivência dos restantes elementos do respetivo agregado familiar, passar a alimentar-se como um verdadeiro “ruminante”, alternando o local do repasto diário, por um ou outro dos diversos parques da imediação do bairro onde habitava numa pequena casa muito modesta, deixada em herança pelo seu avô paterno.

O ditador, enojado com tal inverosímil cenário, teve então a iniciativa de solicitar que lhe fizessem chegar de imediato um cartão de visita pessoal, onde escreveu apressadamente uns gatafunhos, e que lhe entregou de seguida, esclarecendo-o que está ali lavrada a sentença que permitiria resolver definitivamente todos os seus problemas. O homem agradeceu muito, e lá ficou embasbacado a ver o carro a dirigir-se de súbito para a residência oficial de sua excelência o Sr. Presidente do Governo da sua tão amada Pátria. Quando Salazar entrou, passados uns instantes, nos seus aposentos privativos, D. Maria perguntou-lhe então, cheia de curiosidade, o que havia sido escrito de tão especial e magnânimo no dito cartão de visitas. Salazar,

com um ar seráfico e a mais solene das entoações, disse-lhe: Autorizei-o oficialmente a poder comer relva em todos os parques públicos do país. Só terá que ter o cuidado de o não perder, para evitar ter problemas de futuro com a polícia do Estado, porque oportunidades como esta não são de todo para desperdiçar.

Em estilo de comentário final, porque é que os membros do atual governo não deixam de se exprimir através de sarcásticos eufemismos, e porque é que, neste contexto concreto, não se atribui um financiamento específico para cada inegável e objetiva inovação terapêutica, de acordo com as reais necessidades dos doentes?

V)- A falta de bom senso do Sr. Ministro Mor

“ ... o homem poderoso que junta a eloquência à audácia torna-se um cidadão perigoso quando lhe falta o bom senso ...” (sic.) (Eurípedes, 480 – 406 AC)

Há uns quantos anos, estava a passar férias com um conjunto numeroso de amigos numa praia recôndita do nordeste brasileiro, quando decidimos que era melhor, ao fim de duas semanas de descanso efetivo, volver à agitação da civilização citadina, com dois propósitos fundamentais: Visitar aquela que, nessa altura, era considerada a discoteca mais famosa do mundo (o Pirata), gerida por um compatriota luso, e assistir ao carnaval de inverno, que em Fortaleza tomou o nome de “Fortal”, e que, para além do estado do Ceará, virou, desde há uns anos a esta parte, uma moda de dimensão nacional, comemorando-se contudo, em alturas diferentes do ano, conforme as cidades e/ou os estados em

questão.

Na véspera da partida, à saída do hotel, apanhámos um táxi a caminho do restaurante onde nos iríamos reunir para um derradeiro jantar de despedida. O taxista, meio atrevidote, começou de imediato por encetar diálogo, perguntando-nos se éramos portugueses, ao que respondemos prontamente que sim. Acrescentou que estava muito habituado a contactar com as nossas gentes, e que reconhecia de imediato a nossa pronúncia, dado que lhe soava muito idêntica à das populações dos estados do Sul do Brasil, o que, na sua ótica, tal se ficaria a dever, sem dúvida, a questões relacionadas com a proximidade geográfica.

Aí, completamente estupefato, questionei-o se não teria entendido bem, dado que o que tinha acabado de ouvir afirmar me levaria a concluir que, segundo a sua abstrusa teoria, Portugal ficaria localizado no sul do continente americano. O taxista, um pouco exaltado, retorquiu-me de imediato se eu o estava a considerar ignorante, ao que eu repostei com a mesma rapidez, se ele não sabia que naquele ano se estava a comemorar o V centenário da chegada da armada do navegador Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

Esclareceu-me que era um homem instruído, tinha os filhos a frequentar a universidade, e estava ali para fazer o seu trabalho com a máxima competência e honestidade, procurando ser sempre simpático para com os seus clientes, mas nunca para ouvir desaforos de um qualquer turista de meia tigela.

Tentei fazer-lhe ver então, numa derradeira tentativa de o puxar

para a realidade, que o facto da fala das pessoas do estado do Rio Grande do Sul ser muito influenciada pela pronúncia dos portugueses, se ficaria a dever à presença de uma importante comunidade emigrante oriunda do arquipélago dos Açores, e que se ele conseguisse imaginar uma viagem de barco em linha reta através do oceano atlântico ali mesmo ao nosso lado, que iria dar ao continente africano, e que a Europa, onde se situava verdadeiramente Portugal, ficava um pouco mais para norte. E lá terminei, acrescentando que esse mesmo caminho, em sentido inverso, tinha sido precisamente percorrido havia cinco séculos pelos nossos navegadores, aquando da primeira chegada oficial dos ocidentais a Terras de Vera Cruz.

Foi aí que o diálogo terminou, quase à chegada ao restaurante, não sem ter ainda ouvido a sua derradeira e absurda sentença. O Sr. pensará decerto que eu nunca estudei nada e que sou um burro que para aqui anda, e que só você é que é um doutor, mas eu ainda hoje me lembro muito bem do que a minha professora da instrução primária me ensinou: O mar não tem fim. Diga-me lá

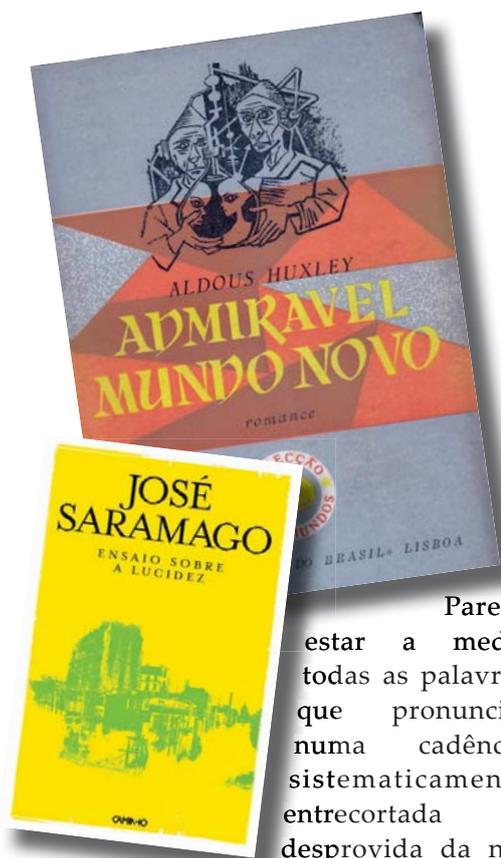
sinceramente: Está a ver alguma coisa no horizonte visual à sua frente, para além desta imensa massa de água? Mais explicações para quê... Volvido um bom par de anos, quando decidi trocar pela última vez de carro, dado que o IVA iria aumentar de 19

para 21%, e o outro veículo que tinha ameaçava começar a dar despesas em demasia com a sua manutenção, tive a oportunidade de ter conhecido um empolgado e curioso vendedor. Quando me veio entregar a viatura à minha residência quase no final de Dezembro de 2010, pediu-me muita desculpa pelo facto da explicação que me iria ministrar ter de ser muito básica, pois tinha ainda muitos outros clientes para visitar nesse dia. Despediu-se, de forma algo precipitada, volvidos escassos minutos, dizendo que esse tinha sido o seu melhor ano de sempre em vendas, ao que lhe retorquii que fizesse muito bom proveito, porque, estava certo, seria o último bom ano de negócios a partir daí em diante, e por um período, possivelmente, de algumas décadas.

Acha mesmo, interrogou-me ele, à saída, com notória ingenuidade, e ainda meio incrédulo?

Muitas pessoas acham que o atual Ministro das Finanças é uma pessoa muito calma e ponderada. Tenho uma opinião completamente diversa. Quando o ouço falar, só me inspira a máxima sensação de **insegurança**.





Parece estar a medir todas as palavras que pronuncia, numa cadência sistematicamente entrecortada e desprovida da necessária fluidez de

pensamento ou da mais pequena dose de convicção.

Competente? Porque é que já teve que apresentar no decurso do corrente ano, três orçamentos rectificativos, e uma das razões invocadas para explicar os enormes desvios aquando do primeiro daqueles, foi precisamente a absurda sobrestimação das receitas do IA? Mas alguém com os pés bem assentes na terra, e com verdadeira experiência de vida, iria sequer atrever-se a prever que os carros se continuassem a vender a um ritmo semelhante?

O Sr. Ministro parece-se pois muito mais, isso sim, quer com o taxista de Fortaleza, quer com o vendedor de automóveis: Aprendeu e, quiçá, ensinará na Faculdade uma teoria que só está provada no papel, e mal, mas que não resiste minimamente à prova do bom senso e da realidade dos factos. É, pois, um autêntico embuste!

Gostaria então que me (nos) explicassem porque é que se

argumenta a cada passo que a Grécia está como está, porque só aplicou a “receita” da famigerada “Troika” muito aquém do previsto, quando se sabe que o actual governo Português a aplicou, ao invés, numa dimensão bastante superior, não se podendo queixar ainda da falta de paz social, e o resultado final é, em tudo, semelhante, apenas com um desfasamento de cerca de um um ano?

Em linguagem médica, qualquer clínico minimamente competente, inteligente e experiente, suspeitaria de imediato que o que está incorrecto é o diagnóstico da doença, e que, por consequência, a terapêutica não poderá jamais dar bons resultados, arriscando-se pois o “médico a matar o doente com a cura”, como soe dizer-se!

A continuarmos assim, caminharemos inexoravelmente para a miserabilização irreversível do país, dando a sensação que os atuais governantes só nos querem vivos e saudáveis, enquanto conseguirmos trabalhar como quase escravos até aos 70 anos, passando depois à condição de reformados indigentes, morrendo de preferência, não muito tempo depois e de forma súbita, para não se gastarem muitos recursos em internamentos prolongados nos hospitais, ou nos lares suportados pela segurança social.

Será pois este o modelo de sociedade onde valerá a pena viver, e fazer crescer os nossos filhos e netos? Não foi esta precisamente a pungente mensagem deixada no outro dia por um jovem enfermeiro num grito de alerta dirigido aos atuais governantes portugueses, e que tanto e justo impacto teve na opinião pública nacional?

VI)- A história de um abraço do tamanho de uma nação inteira, e de um filme inesquecível com uma mensagem brutal que nos interpela a consciência

“...tudo se quebra, se fende, se esboroa: a confiança nos nossos líderes, a esperança no futuro, a fé numa qualquer solução para a crise...” (sic.) (José Gil in Visão 2012/10/25)

A geração a que pertencemos é denominada, com toda a propriedade, de “geração charneira”. Viveu uma vida com cerca de trinta anos de descontos para a segurança social, tem que dar apoio à geração dos mais novos até pelo menos aos trinta anos, tem que fazer o mesmo, em simultâneo, à geração dos mais velhos, alguns mais do que octogenários e frequentemente dependentes, já (quase) não tem idade para emigrar, vai ter que trabalhar pelo menos até aos 70 anos, e vai ficar com uma reforma que será seguramente bastante inferior à do salário que usufrui presentemente (do qual foi recentemente subtraído cerca de um terço por via administrativa), à qual irá ter ainda de descontar um IRS correspondente a quase metade do remanescente, para além de ter que se conformar com a sucessiva perda de poder de compra nos próximos dez a vinte anos, a par de ter que pagar diretamente uma fatia crescente dos cuidados de saúde porque, alguém “iluminado” decretou, neste paupérrimo país, que se é rico com um ordenado superior a pouco mais de 2.000 euros mensais...

Que grande e merecida recompensa, para uma vida inteira dedicada ao trabalho, não será? Para o “melhor povo do

mundo”, até que não está nada mal... Há seguramente quem esteja bem pior, pensarão os atuais governantes e os membros da “troika”!

Vem pois, a propósito deste cenário pouco menos do que aterrador, recordar aqui mais uma história, comovente sem dúvida, mas apenas para aqueles que têm consciência da situação real em que vivem dramaticamente muitos cidadãos deste país, onde a esperança que Abril viu nascer, já quase nem nos manuais de história tem cabimento.

Era eu adolescente, quase na idade de entrar para a faculdade e ir à inspeção militar, ao ganhar progressivamente consciência da situação política do país, sobretudo do drama que a guerra colonial significava para os jovens da minha geração, situação dramática que teve como principal responsável aquele que foi absurdamente considerado, num célebre programa de televisão que decorreu não há muitos anos, pasme-se, o “maior português de sempre!”, quando fiz anunciar aos meus pais a decisão inabalável de emigrar, logo que terminasse o curso, para não ter que ir para o Ultramar, oferecer o corpo à Pátria, numa guerra que considerava tão injusta quanto absurda.

A reação dos meus pais foi, como será compreensível, ambígua, pois se compreendiam as minhas razões, isso teria como consequência lógica, terem que deixar de me acompanhar no subsequente percurso de vida, e não ver eventualmente crescer os netos que viessem a existir, correndo ainda o risco de passarem pelo mesmo, daí a dois anos, quando fosse a vez do meu irmão Jorge.

O dia 25 de Abril de 1974 foi passado pela família, tal como por quase todas as famílias portuguesas, com um olho na televisão e um ouvido na rádio, mas sobretudo, com um sentimento híbrido de incredulidade, ansiedade, temor, e, finalmente, de profunda felicidade e esperança.

Ao final do dia, com o corpo a tremer de alívio e comoção, garantido que estava o êxito, pelo menos aparentemente, da revolução mais pacífica que o mundo jamais tivera conhecimento ao longo da sua milenar história, e na qual, das espingardas desabrocharam cravos em vez de saírem balas, o meu pai abeirou-se de mim, e deu-me o mais terno e prolongado dos abraços, segredando-me em surdina: Meu querido filho, já não tens que te ir embora, porque a guerra colonial irá acabar em breve, e vais finalmente poder fazer a tua vida neste país em plena liberdade e prosperidade, como bem merecemos.

Este é o abraço que eu sinto que muitos pais e avós da minha geração não vão poder dar aos seus filhos e netos, porque a Nação da Esperança, no escasso período de uma geração apenas, se tornou na Pátria do Desespero! Este sentimento de revolta remete-me inabalavelmente para um filme a preto e branco não muito antigo que jamais esquecerei, e que vi na televisão, completamente absorto, no início da minha adolescência, mas cujo nome e o realizador infelizmente não me recorde de todo. A sua temática inseria-se contudo, sem sombra de dúvida, dentro da estética do neorealismo, e terá, eventualmente, servido de mote ao notável romance “As intermitências da Morte” (José

Saramago, 2005).

Numa das primeiras cenas, surgiu um certo jornalista meio nervoso, a dar uma notícia no telejornal principal à hora de jantar, na altura ainda por confirmar, que parecia que nesse mesmo dia, pela primeira vez na história da humanidade, não teria morrido ninguém. Outras agências de informação puseram-se imediatamente a investigar e, no dia seguinte, foi oficialmente anunciado, com toda a pompa e circunstância, por todos os canais de rádio e televisão, bem como, em grandes parangonas, pela totalidade da imprensa escrita, a sua confirmação.

Os principais líderes políticos mundiais aproveitaram-se imediatamente desse facto, e nessa semana o mundo entrou numa permanente e inebriante festa. Tinham acabado as guerras, as doenças eram todas controladas, com mais ou menos dificuldade, pelos medicamentos e pelos profissionais de saúde, enfim, parecia que o Éden se tinha abatido súbita e inexplicavelmente sobre a Terra. Aos líderes religiosos faltava-lhes uma explicação teológica cabal, e aos mais famosos pensadores, uma teoria com o mínimo de lógica ou credibilidade. Mas os factos, são sempre os factos...

Ao fim de um mês, já ninguém comemorava, e volvido um ano, toda a humanidade se apercebeu, finalmente, que a maior desgraça jamais imaginada pairava sobre a sua sobrevivência. A morte seria assim, o último, mas fundamental capítulo, da própria vida.

O drama, presentemente, não é propriamente esse, mas sim a vida verdadeiramente desumana a que são votados cada vez mais cidadãos, aos quais até o direito a uma velhice e a uma

morte digna lhes irá ser negado, na prática, a curto prazo. E que um outro drama ainda maior, daí decorrente, se irá abater de seguida, sobre todos nós, se as políticas não se alterarem substancialmente, que é a não renovação geracional que, por si só, inviabilizará o futuro de qualquer sociedade, tal como a entendemos hoje em dia.

VII)-Conclusão:aimperiosidade de um novo ensaio

“... a vitalidade não se revela apenas na capacidade de persistir, mas também na de começar de novo ...” (sic.) (Scott Fitzgerald, 1896 – 1940)

José Saramago escreveu obras notáveis, frequentemente em estilo de parábola, uma das quais, o “Ensaio sobre a Lucidez” (2004) que pretendo aqui recordar, por se enquadrar com toda a pertinência no atual contexto político. Neste magistral romance, o autor imagina uma sociedade em que, numas dadas eleições, o povo, decide, soberanamente, com toda a emoção e clarividência, que o melhor protesto perante as ignomínias dos agentes do Poder, era votarem maciçamente,

tarde, e, em branco. Não se reviam em nenhum dos políticos que se apresentavam ao plebiscito, nem tampouco nos seus respetivos programas eleitorais. Era a altura de dizer, pacífica e eloquentemente, basta, pois todas as promessas ouvidas na campanha eleitoral soavam a balofas e aviltantes mentiras!

Suponhamos pois, agora, o seguinte cenário. Pelas mesmas razões, e num contexto social algo idêntico, a população, em catadupa, decide emigrar, ficando o país apenas com agentes do governo e ex-governantes, a par de uns quantos doentes e velhos! Que nome daria Saramago a este seu novo ensaio? (“Ensaio sobre a Desesperança?”). Que consequência teria pois este hipotético cenário para os dirigentes políticos de tal sociedade?

Não é muito difícil de imaginar, pois não? Tratar-se-ia pois, no fundo, de algo semelhante ao “Grito do Ipiranga”, só que desta vez, sob a forma de um enorme e estrondoso “Quiaii” coletivo.

Quem se atreverá então a negar, conscientemente, o direito a um qualquer comandante de um navio que, acometido por um dramático e inesperado naufrágio, após todos os genuínos esforços para salvar o maior número possível de passageiros, a restante tripulação, a própria carga e, mesmo, a embarcação em si, consciente de que nada mais poderá fazer, não tente, “*in extremis*”, salvar também, por último, a sua própria pele?

Existem duas liberdades que jamais alguém poderá retirar a qualquer cidadão: Uma, é a deste decidir, em consciência, o que entende ser o melhor para a sua vida (sem obviamente colidir com a do seu semelhante); a outra, é a de onde pretende finalmente mandar depositar os seus próprios ossos, depois de ter deixado o suor de uma vida inteira de trabalho, ou mesmo, quiçá, o próprio sangue. Na realidade, quem nos tem governado, não tem tido nenhuma espécie de sensibilidade para com atitudes de índole humanística, e, ao invés, têm muitas vezes agido com profundo distanciamento, quando não mesmo, tocante desprezo, para com as atitudes de genuína entrega da generalidade dos anónimos cidadãos em favor da restante comunidade.

Temo que poucos dos atuais governantes tenham lido três dos mais fundamentais livros alguma vez escritos: “O admirável Mundo Novo” (Aldous Huxley, 1932), e, “O Triunfo dos Porcos” e “1984” (George Orwell, 1945 e 1949). É que são mesmo imprescindíveis para compreenderem para onde estão a conduzir o trágico destino do Povo que os elegeu, e que seria suposto serem precisamente os primeiros a saberem-no defender!

Setúbal 2012/11/19

PROTIADENE 75 mg
Cloridrato de dosulepina



Titular da A.I.M.:
TEOFARMA s.r.l.
Viale Certosa, 8/A - I-27100 PAVIA
Via Elli Cervi, 8 - I-27010 VALLE SALIMBENE (PV)
Fax 0039 0382 525845
e-mail: servizioclienti@teofarma.it